

quarentena os navios americanos e tomar providências a fim de evitar a propaganda da revolução francesa. “Documentos Interessantes para a Hist. e Cost. de S. Paulo”, vol. LIX. Arquivo do Estado de S. Paulo, pp. 20-21.

30 Correspondência oficial do capitão general Antônio José da Franca e Horta ao cel. engenheiro João da Costa Ferreira em 17/04/1809. “Doc. Interessantes para a História e Costumes de São Paulo”. Arquivo do Estado de S. Paulo, Vol. LVIII, pp.129-130.

31 Sodré, Néelson Werneck. Op. cit., p. 58.

32 Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro. (Cópia IPHAN-SP)

33 Relatório a lápis assinado pelo gal. come. mar. José Olinto de Carvalho e Silva de 01/01/1861 – Arquivo Histórico do Exército – RJ (Cópia IPHAN-SP).

34 Relatório do ano de 1898 da Fortaleza da Barra de Santos, manuscrito de 02/04/1899 assinado pelo 1º tenente Comandante Francisco Alvaro de Souza – Arquivo Histórico do Exército (RJ) – Cópia IPHAN-SP.

35 O arquiteto e urbanista Lúcio Costa era nesta ocasião Diretor de Estudos de Tombamento do IPHAN.

36 G. B. Antonelli, responsável pela primeira edificação de um ponto fortificado na Barra Grande em 1583, ocasião em que acompanhava a esquadra de Flores de Valdez, era segundo Rafael Moreira, em seu texto “A arquitetura militar”, in “Arte em Portugal” – Editora Alfa, engenheiro militar italiano que chegou a Portugal acompanhando o duque de Alba, e foi autor de “*interessantes estudos para ligar Abrantes ao Escorial e Madri por via fluvial*”, juntamente com o “*seu auxiliar o jesuíta Gaspar Sampere*”, empreenderam inúmeras obras “no Rio de Janeiro e Santos (1582-1584) e no Nordeste (1597)”.

37 O engenheiro militar brigadeiro João Massé é autor da reestruturação da Fortaleza da Barra Grande em 1714, e também de interessante projeto de defesa para a Vila de Santos.

38 Ruskin, John. “Le sette Lampade dell’ Architettura”, apresentação de Roberto Di Stefano, Editorial Jaca Book, Milão, p. 227.

39 Idem. Ibidem, p. 228.

40 La Regina, Francesco. “William Morris e l’Anti Restoration Movement”, Revista Restauero, nº 13/14, 1974, p. 130.

41 Idem. Ibidem, p. 135.

42 Pereira, Gustavo. “A questão da preservação segundo John Ruskin e William Morris e a criação do anti-restoration movement em 1877”, trabalho para a disciplina Restauero I – FAU-USP/FUPAM.

43 Gallego Fernandez, Pedro Luis. “Viollet Le Duc: la restauracion arquitectonica y el racionalismo arqueologico fin de siglo”, in “Restauración Arquitectónica”, Universidad de Valladolid, 1992, p. 29.

44 Arrechea Miguel, Julio Ignacio. “De la Composicion a la arqueologia”, in “Restaración Arquitectónica”, Universidade de Valladolid, 1992, p. 12.

45 Arreche Miguel, Julio Ignacio. Op. cit., p. 12.

46 Gallego Fernandez, Pedro Luis. Op. cit., p. 38.

47 Dias de Andrade, Antonio Luiz. “O Paradigma de Atibaia”, Trabalho programado para Tese de Doutorado – FAU-USP.

48 Gallego Fernandez, Pedro Luis. Op. cit., p. 31.

49 Grassi, Liliana. “Storia e Cultura dei Monumenti”, Società Editrice Libreria, Milão, 1960, p. 434.

50 Boito, Camilo. “Questione Pratiche di Belle Arti”, capítulo “Restaurare o conservare”, Milão, 1893. Apud. Grassi, Liliana. Op. cit., p. 434.

51 Boito distingue a arte do restauro em três partes: Restauro arqueológico (Antiguidade); Restauro pictórico (Medieval) e Restauro arquitetônico (Renascimento).

52 Grassi, Liliana. Op. cit., p. 446.

53 Sobre a “inovação”, a autora Liliana Grassi acrescenta que Giovannoni não acreditava nesta operação de restauro, pela impossibilidade de coexistência entre a arquitetura moderna e a antiga.

54 Grassi, Liliana. Op. cit. p. 448. Annoni é autor de inúmeras obras de restauro, com vasta experiência no canteiro. Nessas obras nota-se “a aceitação dos princípios boitianos”.

55 Idem. Ibidem, p. 451.

56 Brandi, Cesare. “Teoria del Restauro”, Piccola Biblioteca Einaudi, G. Einaudi Editore, Torino, 1977, pp. 6-8.

57 Marconi, Paolo. “Il restauro e l’architetto – teoria e pretica in due secoli di dibattito”, Marsilio Editore, Veneza, 1995, p. 10.

58 Idem. Ibidem, p. 5.

59 Reproduzida na obra de Marconi, Paolo, op. Cit. anexos A e B, pp. 207-228.

60 Participaram além de Marconi na redação final desta Carta, Umberto Baldini e Paolo Mora (Istituto Centrale per il Restauro), Franca Manganeli (ICPL), Giovanni Di Geso (Ufficio Centrale), Giorgio Tempesti (Accademia di Belle Arti), etc.

61 Vale ressaltar em especial o empenho de dois militares da reserva, o cel. Reginaldo Moreira de Miranda e o prof. Elcio Rogério Secomandi, ambos profundos estudiosos da história militar no Brasil.



# SISTEMA DE PROTEÇÃO DA VILA DE SANTOS FORTE DE MONSERRATE, FORTE DE ITAPEMA, CASA DO TREM BÉLICO E O PLANO DE DEFESA DE JOÃO MASSÉ



VICTOR HUGO MORI



Forte de Itapema fotografado por Marques Pereira no início do século xx.

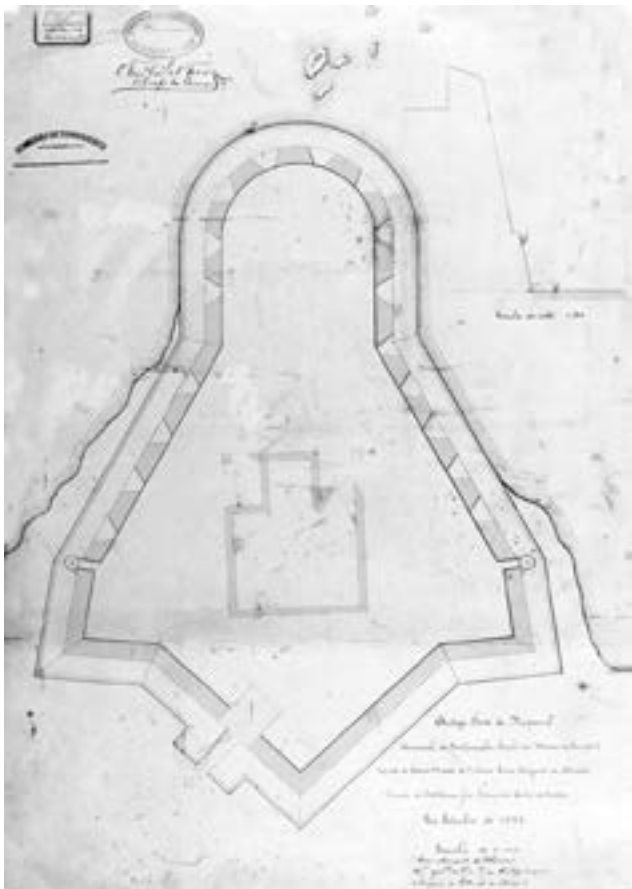
## SÉCULOS XVI E XVII

As primeiras fortificações da Capitania de São Vicente foram construídas na entrada do Canal da Bertioga (Barra Pequena), ponto de conflito entre os indígenas aliados dos portugueses e os tamoios do litoral norte.

Tanto a paliçada edificada por Martim Afonso em 1532, possivelmente na área onde hoje se encontram as ruínas da Armação de Baleias, como os Fortes de São Tiago e São Felipe de meados do século XVI, todos se concentraram nesse mesmo local.

Com o desenvolvimento da Vila de Santos em função de possuir o melhor porto da Capitania, em detrimento à decadência da Vila de São Vicente, a defesa da Barra Grande de Santos ganhou prioridade. No último quartel do século XVI foram construídos na entrada do Canal de Santos, pelo lado da Ilha de Santo Amaro (Guarujá), a Fortaleza da

Barra Grande e provavelmente também a pequena bateria de Vera Cruz de Itapema defronte ao Porto de Santos. O já citado apontamento do Padre José de Anchieta de 1584 denominado “Informação do Brasil e de suas Capitânicas” relata em parte esse momento pioneiro: *“Na Capitania de S. Vicente dentro da ilha que é a que primeiro se povoou há duas vilas de portugueses, duas léguas uma da outra, por terra, e há três ou quatro engenhos de açúcar e muitas fazendas pelo recôncavo daquela baía e três ou quatro léguas por mar. Em frente tem a ilha de Guaíbe, no cabo da qual, para o norte, tem uma barra com as fortalezas da Bertioga quatro e seis léguas das*



Planta do Forte de Itapema no séc XIX AHE

vilas, e da parte do sul, que é a outra barra, tem o forte que agora se fez por Diogo Florez, general, com gente de guarnição, e dentro da mesma ilha estão moradores com igreja de S. Amaro”.

Sobre a pequena bateria de Itapema quase nenhum registro documental existe desse primeiro século, a não ser algumas referências de mapas imprecisos como o do Frei João José de Santa Tereza e o Códice Quinhentista da Biblioteca da Ajuda. Como o desaparecido Forte de São Felipe, essa bateria deveria ser apenas uma “casa forte” ou

reduto, armado com primitivas bocas de fogo constituídas de bombardas, falcões e falconetes.

A invasão de Cavendish em 1591, que entrou pela Barra Grande de Santos, mostrou a ineficiência destes dois pontos fortificados isolados na Ilha de Santo Amaro, sem as necessárias contra-baterias para o cruzamento de fogos pelo lado de Santos. O saque à vila portuária e o incêndio do núcleo de São Vicente, devem ter mobilizado a população santista no sentido de se reforçar a defesa da cidade e do porto.



“Planta da Barra da Villa de S.tos” (1765- 1775) BN

No século XVII, como vimos em capítulo anterior, quase todos os recursos militares da coroa foram canalizados para a defesa da costa nordestina. A proteção direta da Vila de Santos deveria contar ape-

nas com uma bateria rudimentar junto ao Porto, que já estava arruinada na metade do século. Nenhuma grande “obra real” foi executada na esquecida Capitania de São Vicente. Apenas esse pequeno Forte



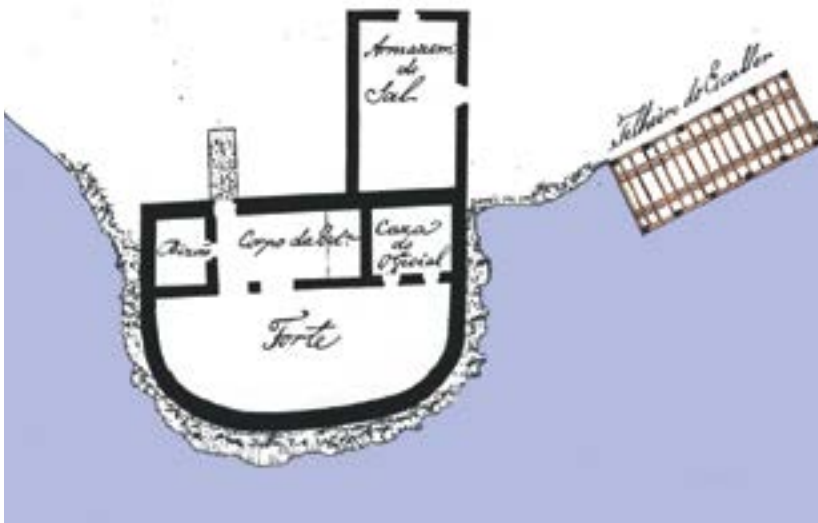
Bateria de Vera Cruz de Itapema no século XVI VHM



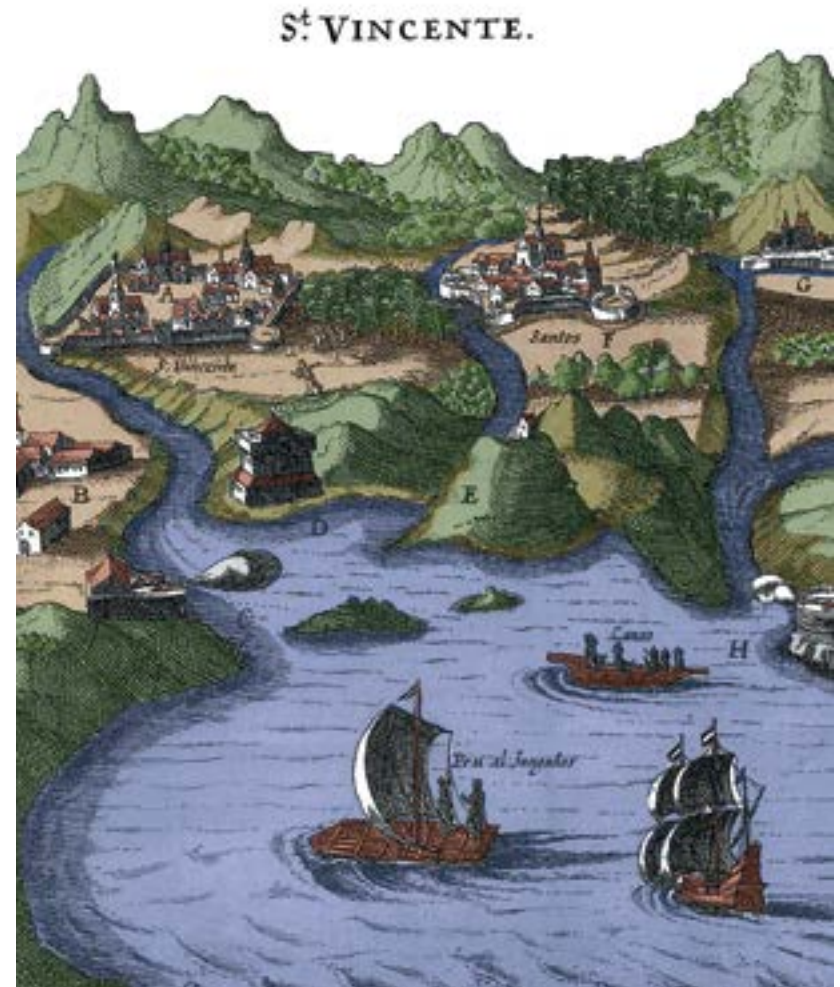
Forte Monserrate: detalhe do mapa do século XVIII: "Praça de Santos". BN  
 C - Edifício dos quartéis, D - Forte de Monserrate,  
 E - Igreja Matriz e F - Colégio dos Jesuítas.

da Vila ou de Monserrate foi reconstruído junto ao Porto, nos fundos do Colégio Jesuítico. Foi o primeiro ponto fortificado na Ilha de São Vicente, onde se situavam a duas principais cidades da Capitania do primeiro século.

O Conde de Atouguia em Carta de 05/10/1654 endereçada ao Provedor da Fazenda da Capitania, destinava "trezentos cruzados na reedificação do Forte de Monserrate e cem mil réis do depósito de donativos para as obras da Misericórdia com o hospital



Planta do Forte de Monserrate ou da Vila em 1808 AHE  
 (copiado pelo Cel. Reginaldo Moreira de Miranda)



Mapa de São Vicente de "Reys-boeck van het rijkje Brasilien" (1624).

que ora se faz"<sup>1</sup>. No ano seguinte o representante do rei alertava ao Capitão-mor de São Vicente: "diziam algumas pessoas que o conserto que agora se pretende fazer na fortaleza da Vila será como alguns que se tem feito, enquanto se dispendeu a Fazenda e ela ficou com as mesmas ruínas. Vm. obre de maneira que se não experimente o mesmo"<sup>2</sup>.

O navegador holandês Joris van Spilbergen em sua viagem de circunavegação através do Estreito de Magalhães, passou em 1615 por São Vicente quando ocorreram conflitos com os moradores locais. Segundo Nestor Goulart Reis, o mapa esquemático "St. Vicent" que ilustra o livro dessa viagem, serviu de base para a execução do mapa

do livro holandês Reys-boeck (Livro de viagem ao reino Brasileiro, Rio da Prata e Estreito de Magalhães... ) publicado em 1624.

Desconsiderando-se alguns equívocos geográficos e a representação figurativa de caráter meramente esquemática sem qualquer preocupação com a escala real, os desenhos mostram as vilas de Santos e São Vicente protegidas por paliçadas ou muros com o incipiente sistema de defesa dessa costa.

O mapa *Reys-boeck*<sup>4</sup> (página anterior) mostra no primeiro plano, a baía de Santos com o forte de Santo Amaro (letra H) na entrada do canal da Barra disparando sua artilharia. Ao fundo do Canal da Barra Grande aparece o forte da Bertioga (letra G) na junção desse canal com um outro mais estreito que parece ser o Canal da Barra Pequena ou da Bertioga. A representação de uma bateria em disparo (letra C), do lado esquerdo da baía na parte continental, que parece nunca ter existido, levou inúmeros autores a imaginar a existência desse reduto de proteção à vila de São Vicente, que desig-

naram de “fortalezinha”. Porém, a povoação com sua igreja (letra B) ao lado dessa bateria poderia ser a representação da pequena vila de Itanhaém. O outeiro representado pela letra E, pode ser aquele que se denominava Morro do Boturuá que separava a vila de S. Vicente das praias de Santos, com o córrego que o margeava, cuja representação exagerada parece definir um canal dividindo a ilha em duas. O mapa referência de Spilbergen mostra apenas o Rio São Jorge dos Erasmos, sem dividir a ilha em duas porções. As duas vilas estão separadas por um denso canavial que representa a fazenda do Engenho dos Erasmos, cuja sede parece ser o edifício de maior destaque do mapa (letra D) por motivos óbvios.

Assim, as fortificações existentes até o fim do século XVII, foram sendo construídas ao sabor das conveniências de cada época. Primeiro devido aos ataques dos tamoios aliado dos franceses na Bertioga, depois, em função do incidente entre ingleses, vicentinos e a Armada de Valdez na Barra Grande.

## SÉCULO XVIII

Chegaram quase arruinadas até o início do século XVIII as seguintes fortificações: a de São Tiago da Bertioga, a de Santo Amaro da Barra Grande, o reduto de Itapema e a bateria da Vila ou de Monserrate. A transformação dessas baterias isoladas em um complexo Sistema de Defesa Militar do porto de Santos foi proposto em 1714 pelo Brigadeiro João Massé. Por determinação do rei D. João, o Governador da Capitania do Rio de Janeiro foi à Santos acompanhado do Brigadeiro para “desenhar nela aquelas fortificações que forem necessárias para a sua conservação”<sup>5</sup>.

Como vimos anteriormente, Massé determinou a modernização da Fortaleza da Barra Grande e projetou a sua contra-bateria, o Forte do Crasto do lado de Santos, do tipo abaluartada.

As profundas alterações na arquitetura militar que ocorreram

no século XVII eram desconhecidas nestas paragens. O sistema bastionado utilizado pelos holandeses no nordeste, era fruto das inovações que ocorriam nas guerras europeias. A sistematização dessas inovações deve muito ao Marechal de Luís XIV – Sébastien le Prestre de



Projeto do Brigadeiro João Massé (1714): “Planta da Vila de Santos e de seu Porto, com suas Fortificações desenhadas de novo” AHU



Projeto da Fortaleza para a Vila de Santos de João Massé. AHU

Vauban. A proteção de um sítio deveria ser projetada através de um sistema estratégico de defesa territorial.

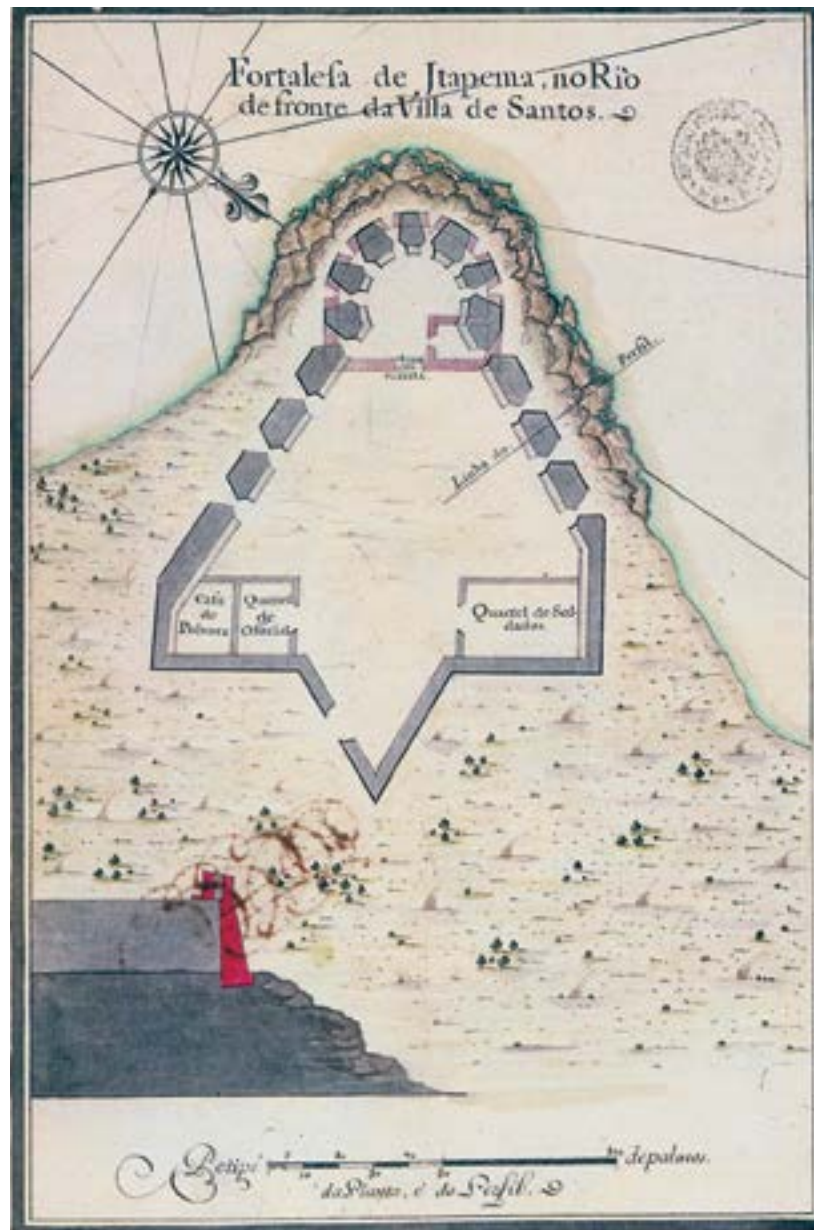
O Brigadeiro Massé chegou a projetar um complexo sistema de defesa para o Porto de Santos. Além das fortificações que protegeriam a entrada da Barra Grande, Massé pretendia transformar a Vila de Santos em uma “praça-forte vaubaniana”. Para o lado do porto (norte), desenhou um cais retilíneo, e à oeste e ao sul fechando o núcleo

da vila, uma muralha com ângulos salientes e baluarte circular. Na extremidade leste da vila, aproveitando-se da elevação do Outeiro de Santa Catarina, foi projetado a fortaleza principal bastionada de proteção à cidade, provida de dois baluartes angulares pentagonais, fosso, revelim ou meia-lua, baterias reentrantes, etc. No projeto da fortaleza principal a velha igreja de Santa Catarina seria mantida, sendo o outeiro incorporado ao corpo da fortificação, de modo a eliminar o padraço que esse constituía. Nas duas grandes elevações que limitam a cidade ao sul, o morro de São Bento e o morro de Nossa Sra. de Montserrat, foram previstos dois “redutos em forma de atalaia”. O antigo Forte da Vila também seria mantido conjugado ao edifício dos quartéis, que seria construído com recursos de João de



Projeto de Massé para a fortaleza que protegeria a Vila de Santos. Trata-se de um dos mais interessantes estudos de fortificações do século XVIII, pois o projeto eliminaria o “padraço” constituído pelo Outeiro de Santa Catarina, incorporando a elevação rochosa como um “cavaleiro” dentro do sistema bastionado proposto.

VHM



“Fortaleza de Itapema no rio defronte à Vila de Santos”, projeto de autoria do Brigadeiro Silva Paes (1738). AHU

Craсто de Oliveira em troca de mercês<sup>6</sup>. Ficariam fora do recinto amuralhado da vila os conventos dos franciscanos e dos beneditinos. Muito

pouco das obras projetadas pelo Brigadeiro Massé em Santos foram executadas nessa época. A reformulação projetadas para a Fortaleza de



Perspectiva do projeto de Silva Paes para o Forte de Itapema em 1738. O formato de um baluarte único com o encontro das faces em semicírculo, derivou do reaproveitamento da bateria quinhentista. Na segunda metade do século, o edifício do quartel já aparece no centro do terraplano com duas guaritas nos encontros das faces com os flancos. VHM

Santo Amaro somente foi concluída na segunda metade do século XVIII. Do interessante projeto da Fortaleza abaluartada do Crasto, foi concluído apenas a tenalha voltada para o Canal da Barra Grande, sendo o restante completado com outro desenho por estacadas de madeira.

Em 1733 o Governador Luís Antonio de Távora, o Conde de Sarzedas, relatava ao rei sobre o Forte de Itapema, localizado "em admirável sítio para a defesa da barra, mas que este, além de pequeno estava demolido, e incapaz de poder servir sem um grande reparo". Estava projetado o "Arma-

zém de pólvora e armas" e junto a essa "se fabricar uma casa na qual se possa recolher o Trem, e o que lhe pertencer, e no sobrado de cima, se recolherão as armas sendo as paredes forradas de tabuões fortes advertindo-vos que a extensão dessa casa chegue a cobrir o armazém de pólvora no qual não se há de por pregos de ferro, mas tornos de pau (...)".<sup>7</sup>

No ano de 1736 o rei determinou a suspensão das obras e fortificações da praça de Santos, ordenando "ao Brigadeiro José da Silva Paes a cujo cargo está o governo de Rio de Janeiro que com a brevidade possível passe a



Representação da Casa do Trem Bélico (armazém de pólvora) no século XVIII. Detalhe da planta "Villa e Praça de Stos." BN

dita vila de Santos, e nela deixe disposto. e delineado tudo o que entender mais conveniente para a defesa e segurança daquela Praça".<sup>8</sup>

O Governador José Rodrigues de Oliveira em 1738 relatava ao rei que o Brigadeiro Silva Paes reconheceu "ser de muita utilidade uma casa de pólvora nesta vila, e outra na fortaleza de Santo Amaro para dividir as munições de um acidente", e por isso tinha "delineado duas destas casas".<sup>9</sup>

O Alvará régio de 27/09/1738, acatou a petição de Trocatto ou Trocato Teixeira de Carvalho para "reedificar e fazer de novo as obras que são precisas na fortaleza de Itapema que fica defronte da Vila de Santos, dando lhe eu o Governo da dita fortaleza de Itapema para um filho que tem capas com o Posto e soldo de Capitão de Infantaria, e o hábito de Cristo (...) com declaração que não teria efeito as mercês que pedia sem que a dita Fortaleza esti-

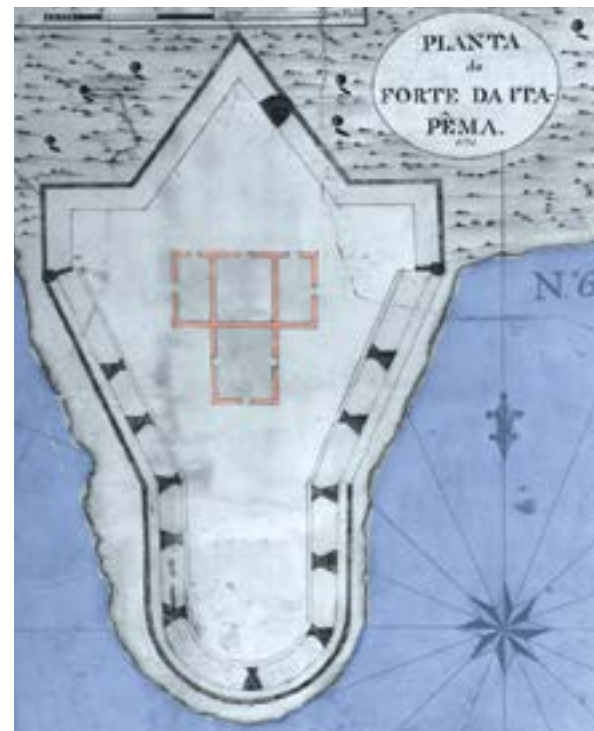
vesse acabada da mesma forma do desenho que a esta obra assistiria um dos Engenheiros dessa Praça do Rio de Janeiro que vós elegereis para ela (...)".<sup>10</sup>

O Brigadeiro Silva Paes foi incumbido de projetar essa nova fortificação no lugar do antigo reduto de Itapema. Graças ao seu projeto para o Forte de Itapema podemos verificar pela legenda do desenho, o primitivo traçado do fortim quinhentista com sua bateria semicircular fechada por uma pequena construção, de idêntica tipologia ao Forte da Vila ou da Praça. A planta semicircular primitiva, definida pela "rocha arredondada" natural que servia de embasamento (*itapema*), foi incorporada ao novo projeto de Silva Paes, que procurou transformar o antigo reduto em um baluarte circular único.

A proposta de Silva Paes para Itapema, foi transcrita na Provisão real,



Portal tardo-maneirista da Casa do Trem.



A "Planta do Forte da Itapema" de 1871, conserva a forma do terraplano definida pelo Brigadeiro Silva Paes, mas com o quartel em forma de "T" no centro do terraplano e as guaritas angulares. AHE

de 27/09/1738 encaminhada ao Governador José Rodrigues de Oliveira: "a Fortaleza de Itapema defronte da Vila de Santos, e em paragem, que enfia o canal por onde devem subir as embarcações a qual se acha arruinada, e sem artilharia sendo este sitio mais importante, pois escapando os navios que entrarem da barra, não temos no porto outra defesa mais que esta fortaleza e lhe parecia se devia reedificar, e fazer-se a obra, de que mandou o desenho, o qual com esta se vos envia, vendo-se nela o que é de aguada de carmim, o que se achava feito, e arruinado, e o da aguada de cima, o que lhe parecia se devia fazer, principalmente oferecendo-se a fazer toda esta obra um Torquatro Teixeira morador daquele sitio, dando lhe eu o

governo dela para um filho seu (...)". Os dois desenhos denominados "Planta da Fortaleza de Itapema", quase idênticos, existentes no Arquivo Histórico Ultramarino referem-se a esse projeto de Silva Paes, inclusive a versão que alguns atribuem o ano de 1714 (época de Massé), é na verdade, cópia dessa descrita pelo documento, com "aguada em carmim, o que se acha feito". Silva Paes mandou também reparar a "bateria antiga com oito peças de artilharia junto ao Colégio da Companhia" (Forte de Monserrate ou da Vila). Sobre o "armazém para recolher os armamentos da Praça", que se tinha "pricipiado fazer", e "que está quase acabado", determinou ao Governador "o que lhe parecera para a sua

melhor perfeição e ainda para se fazer as alpendradas do Trem místico do mesmo Armazém e que também estava determinado fazer-se um Armazém para a polvora; porém o sitio que estava elegido e a forma não era ao que deveria ser; assim deixara o risco, e advertido o lugar, em que devia executar esta obra."<sup>11</sup>

O relatório deixa claro que o Brigadeiro Silva Paes, foi o principal responsável pela conclusão e acabamento do edifício do Armazém do Trem Bélico, cujas obras estavam suspensas desde o ano de 1736. O elegante alpendre que arremata a escadaria externa de pedra lavrada e o portal de cantaria com desenho "tardo-maneirista", parecem refletir o estilo conciso e conservador des-

ses engenheiros militares, dentre os quais o Brigadeiro Silva Paes foi um dos expoentes. A data marcada na verga (1734) refere-se ao começo das obras, que só foram concluídas depois de 1738.

Não sabemos se o projeto do Brigadeiro para o Forte de Itapema foi integralmente obedecido por Torquato Teixeira de Carvalho, mas certamente seu "acabamento" foi aprovado pelo Governo, pois as mercês solicitadas foram atendidas. Nas plantas e iconografias posteriores já aparecem as duas guaritas angulares e o edifício do quartel com a planta em forma de "T" no centro do terraplano. Os 2 alpendres laterais para abrigo da



artilharia devem ter sido acrescentados após o relatório do Mal. Arouche na virada do século: “A fortaleza de Itapema se acha com seis peças, todas desmontadas, porém com boa artilharia apesar de não ter tido quem lhe preste o mínimo benefício. Esta fortaleza, pela situação em que se acha, tem grande vantagem pelo grande dano que pode fazer aos navios, apesar de lhe apresentar pouco fogo, porém, como o canal é muito próximo a fortaleza, pode esta pelo menos cortar toda a enxárcia e fazê-lo desarvorar com planquetas, balas fixas e encadeadas pelo ângulo que forma o canal oferecem os navios a pôpa ao flanco de cuja vantagem se podem aproveitar os da fortaleza, metendo-lhes ao mesmo tempo grande mortandade. Nessa fortaleza há lugar para se fazer um telheiro em que se possam recolher quatro peças, com seus reparos, e o quartel precisa de grande conserto.”<sup>12</sup>

Já salientamos a importância da política pombalina para a proteção

do território brasileiro. Sob o governo do Morgado de Mateus (1765-1775) a defesa da Capitania foi priorizada, e consolidou-se o sistema de defesa do Porto de Santos. Um sistema ainda que precário, mas finalmente um sistema. A primeira visita à Santos do Capitão-General causou-lhe uma profunda impressão, conforme o seu relato ao Conde de Oeiras datado de 30/07/1765: “Nestas Americas tudo é grande; as províncias, os rios, os montes, as campinas, os matos, as árvores; excedem extraordinariamente as que se costuma ver no Reino. Sobretudo as baías e enseadas são amplíssimas e por este motivo difíceis de fortificar; Estas enseadas de Santos ainda que não são tão grandes, são com tudo tão extensas que podem as naus dar fundo no meio delas sem nenhum receio de que lhe chegue a artilharia das praias; somente aonde estreita mais a ria que se divide em três bocas é que admite fortificação; a dita ria dividida nas três diferentes bocas, faz



Forte da Vila desenhado por Landseer

três distintos portos, que distam 7 léguas entre si, e são a Bertioga, a Barra Grande e a Barra de S. Vicente, as quais todas dão entrada para a Vila de Santos que fica terra adentro. As fortificações que há nestas partes nem são as necessárias, nem tem a devida formalidade. A melhor, que é a da Barra Grande chamada de Santo amaro, não tem mais do que um baluarte e um cavaleiro, de que nasce uma cortina que podem admitirem, ou cinquenta arcabuzeiros, e nada mais; é comandada de um alto ao qual se pode comodamente subir desembarcando por detrás do monte em uma praia chamada do Góes, que não tem defesa nenhuma. Defronte desta fortaleza e da outra parte do estreito deram princípio a um forte que está principiado de estacada; (...) No Porto da Bertioga, que dista desta Vila 5 léguas, não há mais do que uma bateria com 4 peças, sem baluartes nem defesas; e também mal situada, porque segundo entendo, deveria estar da parte oposta, a não haver duas, porque daquela banda fariam os seus tiros muito melhor efeito por passarem os navios muito mais perto, como também teria a dita Praça melhor defesa. Navegando pelo rio acima para a Vila de Santos (...), há outro pequeno forte chamado Itapema, e na Vila outro junto ao Colégio, ambos os quais são obras muito limitadas. Em S. Vicente não há nada. Para isto se reduzir à defesa necessária, seria preciso fazer grandes gastos, e consumir muito tempo (...) nestes termos eu me resolvo somente a fazer um pequeno reduto com uma estacada na Praia do Góes, para

segurar e defender a fortaleza de Santo amaro, e juntamente a Barra. Como pede o sítio e a segurança deste Porto, e se eu achar cabedal para me alargar mais, farei tal ou qual fortificação defronte da Bateria da Bertioga; aonde me parece que era mais precisa. Também faço intenção de levantar uma bateria na Barra de S. Vicente, por me dizerem que a tinham entupido em outro tempo, (...) eu a fui ver e achei que já podem entrar por ela muito bem embarcações mais pequenas.”<sup>13</sup>

D. Luís Antonio de S. Botelho Mourão construiu o Forte de São Luiz para servir de contra-bateria à Fortaleza da Bertioga, mandou edificar o Fortim do Góes para reforçar a proteção do Canal da Barra Grande e proteger a Fortaleza de Santo Amaro, além de reparar as outras fortificações existentes. A pretendida “bateria na Barra de S. Vicente” nunca foi iniciada.



Guarita do Forte de Itapema

## SÉCULOS XIX E XX

Em 1809 o Cel. João da Costa Ferreira do Real Corpo de Engenheiros foi designado pelo Governador para substituir todos os reparos de artilharia das fortalezas de Santos, de modo a "que ele seja feito de quatro rodas, como é o carretame da marinha, já pela razão de se achar assim mais facilmente a necessária madeira, já por serem estas carretas as mais aprovadas, e até mais cômodas para se livrarem das chuvas em um país como Santos tão sujeito a elas."<sup>14</sup>

Antes de 1860 o Forte de Itapema foi todo reformado. Possuía nessa ocasião "cinco bocas de fogo, duas de calibre 9 montadas em reparo de sítio ou praça ao sistema Onofre, e três de calibre 4 em reparo de campanha, sendo elas todas de bronze". O edifício do quartel recém-reformado tinha "um dormitório, dois quartos, uma prisão e uma cozinha", segundo o relatório do Alferes Antonio Florindo Roiz de Vasconcelos.<sup>15</sup>

Curiosamente alguns meses depois desse citado relatório, as cinco bocas de fogo de bronze já não estavam mais no Forte de Itapema. Esse forte estava servindo apenas

de "casa de pólvora, onde mando recolher o que vem pertencente ao Governo, não só para essa Província como para as de Goiás e Mato Grosso", segundo relatava o General Comandante da Praça de Santos em 01/01/1861. Os canhões devem ter sido trasladado para o Forte da Vila, nessa época denominado Forte da Praça "para corresponder aos cortejos que a Praça fazem os navios de guerra estrangeiros". O relatório de 1861 também descrevia o "Armazém de Artigos Bélicos, o qual está em muito bom estado, e tem bastante Armamento que vai ficando inutilizado, por não ter quem o limpe e azeite."<sup>16</sup>



Desenho de Edmund Pink do Forte de Itapema em 1833. IPHAN



Detalhe da "Planta Topográfica da Vila de Santos", mostrando a Casa do Trem, o edifício dos quartéis e o Forte da Vila. IPHAN



"Planta do Colégio Jesuítico e Quartel Militar na Vila de Santos no ano de 1801" AHE

O relatório de 15/01/1877 do Duque de Caxias, então Ministro da Guerra do Império assim descrevia a Casa do Trem: "Edifício de sobrado, de um só andar, construído de pedra e cal, de sólida construção, com janelas sobre todas as quatro frentes, tendo o pavimento superior um vasto salão com 13m96 de comprimento sobre 7m92 de largura, com prateleiras e cabides, e mais três salas de menores dimensões, e no pavimento térreo três armazéns."<sup>17</sup>

No dia 02/08/1880 foi extinto o Comando Militar de Santos e em 1891 foi iniciada a demolição dos quartéis. O Forte da Praça, antigo Forte de Monserrate foi demolido para dar lugar às obras de modernização do Porto pela Companhia Docas de Santos. O Forte de Itapema passou para o domínio da Alfândega em 1905. Uma torre com holofotes foi instalada no lugar do demolido edifício do quartel, e o que restou do sítio passou a abrigar um posto de fiscalização. As velhas

fortificações já estavam há muito ultrapassadas. A artilharia raiada que surgiu em meados do século XIX exigia a modernização do sistema de defesa colonial do Porto. Um novo Plano de Defesa do Porto de Santos, já estava em andamento desde 1896.

Em 1908 com a fundação do "Tiro Brasileiro de Santos no 11", o edifício da Casa do Trem passou a servir de sede provisória para a nova corporação, sendo a sua transferência definitiva ocorrida em 191018. O Tiro Onze funcionou até 1945 quando foi extinto. Esse edifício serviu ainda como depósito para a Infantaria. Tombado em 1937 a Casa do Trem foi entregue ao IPHAN em 1965, reparada em 1977 pelo CONDEPHAAT, e finalmente restaurada nos anos noventa através de uma parceria entre o IPHAN e a Prefeitura de Santos. Abriga hoje um Centro de Apoio Social para atendimento da população local.



Fotografia do Forte de Monserrate ou da Vila em 1860. (col. Arnaldo Aguiar Barbosa) IPHAN



Forte de Itapema nos anos quarenta com a torre de sinalização construída no lugar do antigo Quartel. Os parapeitos já haviam sido substituídos por um guardacorpo metálico.

IPHAN



Casa do Trem em 1962 colado à edifícios construídos no seu terreno. IPHAN



Casa do Trem depois da demolição dos edifícios vizinhos efetuada pelo IPHAN.



Vista atual do Forte de Itapema

## NOTAS

1 Carta do Conde de Atouguia de 05/10/1654 ao Provedor da Fazenda da Capitania de São Vicente, in “Annaes do Museu Paulista”, Documentação Brasileira Seiscentista, tomo III, São Paulo, 1927, p. 253.

2 Carta do Conde de Atouguia de 27/04/1655 ao Capitão-mor de São Vicente, in “Annaes do Museu Paulista”, Documentação Brasileira Seiscentista, tomo III, São Paulo, 1927, p. 259.

3 Goulart Reis, Nestor. “Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial”. Edusp, São Paulo, 2000, p. 371.

4 Idem. *ibidem.*, p.193.

5 Provisão régia de 04/02/1714. “Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo”, Volume XLIX, Archivo do Estado de S. Paulo, pp. 126-127.

6 “Fica também fazendo as minhas custas quatro quartéis para a Infantaria desta praça, e sem dispendio da Fazenda de V. Mag.” – Petição de João de Crasto ao Rei, para fortificar a Barra de Santos e construir quartéis. Arquivo Histórico Ultramarino - catálogo do IV Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros.

7 “Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo”. Volume XXIV, Archivo do Estado de S. Paulo, p. 131.

8 Cópia da Provisão real de 15/02/1736 – arquivo IPHAN-SP.

9 Provisão de 27/09/1738 – cópia Arquivo IPHAN-SP.

10 Cópia do Alvará de 27/09/1738 no Arquivo do IPHAN.

11 Provisão de 27/09/1738 – cópia Arquivo IPHAN-SP.

12 “Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo”. Volume XLIV, Archivo do Estado de S. Paulo, p. 305.

13 “Mapas e Planos Manuscritos relativos ao Brasil Colonial (1500-1822)”. Ministério das Relações Exteriores, Brasília, 1960, pp.484-485.

14 “Doc. Interessantes para a História e Costumes de São Paulo”, Vol. LVIII, pp. 129-130.

15 “Relatório do forte da Praça de Santos” de 16/10/1860, Arquivo Histórico do Exército, cópia IPHAN-SP.

16 “Relatório de 01/01/1861 do Comandante da Praça de Santos General. Com. Mar. José Olinto de Carvalho e Silva”, Arquivo Histórico do Exército.

17 Arquivo Histórico do Exército, apud. Muniz Jr., “Fortes e Fortificações do Litoral Santista”, Edição particular do autor. Santos, 1982, p. 63.

18 Muniz Jr.. “Fortes e Fortificações do Litoral Santista”. Edição particular do autor. Santos, 1982, pp. 63-64.



# AS NOVAS FORTIFICAÇÕES DA ENTRADA DA BARRA DE SANTOS



VICTOR HUGO MORI